

Adesivo para tratamento de Alzheimer chega a pacientes do SUS

Governo assina primeiro pedido da rivastigmina adesivo transdérmico para doença que atinge

cerca de 47 milhões de pacientes e é a maior responsável por casos de demência

O Ministério da Saúde assinou o primeiro contrato para a compra de rivastigmina adesivo transdérmico para o tratamento do Alzheimer, uma das dez doenças que mais causam mortes no Brasil. A disponibilização a pacientes do sistema público será feita nas apresentações de 5cm e 10cm.

Trata-se de tratamento para Alzheimer em formato de adesivo. Com mecanismo de ação transdérmica, libera a medicação no organismo ao longo do dia e, por não ter absorção no estômago, gera menos efeitos colaterais para o sistema digestivo^{1?2}.

Este adesivo proporciona maior praticidade ao cuidador, por conta da facilidade de manuseio e da garantia de que o paciente realmente recebeu a dose diária correta. Isso porque, por se tratar de uma doença que incide principalmente em idosos, os comprimidos, muitas vezes, são perdidos antes de serem levados à boca ou não são engolidos pelo paciente.

Tratamento precoce

A Doença de Alzheimer não possui cura. No entanto, se diagnosticada no início, o tratamento adequado ajuda a impedir o avanço da doença e amenizar seus sintomas, proporcionando melhor qualidade de vida ao paciente. Além disso, atividades cognitivas, sociais e físicas beneficiam a manutenção de habilidades mentais e favorecem sua funcionalidade.

No Brasil, algumas associações ajudam no suporte a pacientes, familiares e cuidadores, como a Associação Brasileira de Alzheimer ([ABRAz](#)), a Associação Maior Apoio ao Doente de Alzheimer ([AMADA](#)), o Instituto Alzheimer Brasil e a Associação de Parentes e Amigos de Pessoas com Alzheimer ([Apaz](#)).

De acordo com a Constituição Federal, o sistema público de saúde deve fornecer o acesso gratuito ao tratamento completo para a doença, envolvendo a medicação indicada. Para isso, o paciente deverá procurar seu médico para orientá-lo no processo de obtenção do medicamento. De acordo com o Protocolo Clínico de Diretriz de Tratamento³ (PCDT) do Ministério da Saúde, geriatras, neurologistas, psiquiatras ou qualquer médico especialista no tratamento de demências podem prescrever medicações para o tratamento de Alzheimer.